



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*Agodrigues*

*[Signature]*

ACTA N.º 02/05

*Extraordinária de 2005*

*1.ª* SESSÃO ORDINÁRIA FEVEREIRO DE 2005

24 de Fevereiro de 2005

*(1.ª ATA ENADA 14 de Abril)*

*Racion*

Os trabalhos foram iniciados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, Maria Arlete Rocha Rodrigues**

**Primeiro Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.**

**Segundo Secretário, Joaquim Manuel Galhanas da Luz.**

Membros presentes: Todos, com excepção dos senhores João Vieira, Andrade Silva e Júlio Vilas Boas da Costa, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo, as Senhoras Vereadoras Carla Tavares e Maria João Bual, os Senhores Vereadores Gabriel Oliveira, António Nunes, João Bernardino, Miguel Paulo Mendes Gabriel e Vasco Jardim.

Verificado o Quórum, a senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a Sessão.

## I – TOMADA DE POSSE

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou de que, ao abrigo do n.º 1 do Artº. 78º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, solicitou a sua substituição, nesta Sessão, o senhor Júlio Pinto Zdanowski e da indisponibilidade do Senhor Fernando Manuel dos Reis Batista Gaspar Raposo, do PS (Documentos anexos à presente Acta).

Informou ainda de que, em conformidade com o n.º 2 do Artº. 78º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, se iria proceder à substituição empossando, caso estivesse presente, o membro substituto senhor José Manuel Ribeiro Leal ( Documento anexo à presente Acta).

Informou também de que iria ser observado um minuto de silêncio em memória dos agentes assassinados no Bairro de Santa Filomena e leu um documento (Documento anexo à presente Acta). De seguida foi guardado o minuto de silêncio.

## II - ORDEM DO DIA

**Ponto Único** – Apreciação, e eventual tomada de posição, nos termos da alínea o) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, das *condições de Segurança no Município da Amadora*.

Dado não haver inscrições, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a Ordem do Dia à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com 31 votos.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*Algodem*

*2*

### IV – CORRESPONDÊNCIA

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou de que, no início da Sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no n.º 2 do Artº. 30º. do Regimento.

### IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A senhora **Presidente da Mesada Assembleia** deu início ao período com a explicação regimental e inscreveram-se as senhoras Lurdes Ferreira e Neide Costa.

A senhora **Lurdes Ferreira** interveio para, em seu nome pessoal e em nome da Freguesia da Damaia onde é Autarca, felicitar a realização desta Sessão Extraordinária sobre a segurança no Concelho. Referiu que, há duas semanas atrás, houve uma vaga de assaltos, em pleno dia, na Damaia, e que nos últimos três dias, no Largo Conde de Tomar onde se situa a Sede da Junta de Freguesia, tem havido constantes assaltos a partir das 19 hora. Por fim disse que esperava que desta Sessão resultasse alguma intervenção para que sossegasse os munícipes da Damaia.

A senhora **Neide Costa** referiu-se à segurança em Carenque, dizendo que ali não existe policiamento. Que havia um Guarda Nocturno que entretanto saiu e solicitou a sua substituição.

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu, sobre os Guardas Nocturnos, que a Câmara tem já um plano de cobertura de diversas áreas praticamente concluído, faltando apenas uma Freguesia. É uma competência recente das Câmaras e vai ser aberto concurso de admissão.

## V- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou estarem abertas as inscrições e inscreveram-se os senhores Agostinho Marques, António Santos, Carlos Reis e Manuel Vieira.

O senhor **Agostinho Marques** referiu o falecimento do Papa João Paulo II dizendo que foi um dos expoentes máximos, talvez a mais significativa personalidade, do século XX. Propôs à Mesa que fosse guardado um minuto de silêncio pela sua morte.

O senhor **António Santos** disse que respeitava a convicção de toda a comunidade católica nacional e internacional e que esperava que o novo Papa representasse uma alteração em relação às políticas de regressão civilizacional, que se reflectiram durante o Pontificado de João Paulo II, relativas à mulher e à sexualidade.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** disse que, tal como o proposto pelo senhor Agostinho Marques, iria ser guardado um minuto de silêncio, o que foi feito de imediato.

O senhor **Carlos Reis** fez uma declaração política (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **António Santos** voltou a intervir para dizer que na semana passada houve mulheres se sentaram no banco dos réus por terem praticado aborto e que, independentemente de todas as declarações e de todo o pesar que a comunidade católica tem pela a morte do Papa, não podia deixar de referir que esperava que, em nome dos valores do cristianismo, os tóxicodependentes e as mulheres que fazem aborto, deixassem de ser considerados criminosos e os homossexuais considerados doentes. Referiu as campanhas evangélicas, na





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*Albuquerque*

*2.*

Nigéria e na Etiópia, propondo a não utilização de preservativos porque não inviabilizava a transmissão do vírus da sida.

O senhor **Manuel Vieira** disse que a CDU estava solidária e sentia a mágoa que todos os católicos tiveram com a perda do Papa, porém não podia aceitar que se misturasse a filosofia da Igreja com outras situações, nomeadamente, acção política e a luta de classes, porque, são coisas perfeitamente diferentes. Por fim disse que o Papa foi uma figura importante no século passado, e neste século, que a CDU reconhece e homenageia.

Findas as intervenções, a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** encerrou este período.

### VI – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**Ponto Único** – Apreciação, e eventual tomada de posição, nos termos da alínea o) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, das *condições de Segurança no Município da Amadora*.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou de que, em sede de Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, foi acordada uma intervenção inicial de cada Representante dos Grupos Municipais e da Câmara, com a duração máxima de cinco minutos, findas as quais se iniciariam as inscrições.

O senhor **António Santos** disse que o tema já foi debatido em sede de Comissão e que existem alguns pontos de acordo. Que as manifestações dos membros da Assembleia sobre a morte dos agentes da PSP é consensual e que a especulação mediática tem empolado a situação da segurança na Amadora, contudo não se podia ignorar o que se passou no



Concelho da Amadora nos últimos quatro anos. Houve incidentes gravíssimos na Cova da Moura e o Governo, da altura, mandou instaurar um inquérito policial, ao qual a Assembleia não teve acesso, pelo que não se sabe o que se passou há quatro anos, nem há dois, pois não existe nenhuma informação. Que a Assembleia Municipal começou a ter algum conhecimento só a partir da altura em que teve acesso às actas do Conselho Municipal de Segurança e oportunidade de analisar os problemas com o Comandante da PSP. Que o senhor Presidente da Câmara disse a vários órgãos da comunicação social que a Amadora precisa de condições de excepção, com o que concorda. Que a Amadora necessita de algumas condições excepcionais, nomeadamente, no que respeita à conclusão dos loteamentos existentes e à elaboração de novo plano de realojamento, à criação de apoio ao ensino pré escolar e, em particular, ao apoio a Associações dos Bairros difíceis. Por fim disse que estas medidas de excepção são necessárias não, em primeiro lugar, por uma questão de segurança, mas por uma questão de dignidade humana.

O senhor **João Paulo Castanheira** disse que o CDS-PP era contrário ao empolamento da situação e que se criasse uma onda de alarmismo em matéria de segurança, matéria que é demasiado sensível para que haja luta política ou partidária em torno dela. Que a sensação de insegurança extrema que se vive em algumas zonas do Município e a sensação de privação de liberdade é o pior que pode acontecer à sociedade. Que existe um problema de segurança no Município da Amadora e um crescimento da criminalidade violenta, muitas vezes associada a gangs. e que da parte da população começa a haver a sensação de que a autoridade do Estado não se exerce em determinadas áreas, havendo zonas sem Lei. Que a morte dos três agentes da PSP, na Amadora, não aconteceu por acaso, mas porque na Amadora estão reunidas as condições que levaram a que acontecesse. Que não se trata dum problema conjuntural, não se trata de desemprego, mas sim, infelizmente, de um problema com raízes sociais profundas que urge combater. É um quadro de excepção que exige medidas de excepção e a intervenção das autoridades do Estado, da sociedade civil e de um plano de acção pluridisciplinar,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*[Handwritten signature]*  
*Agostinho*

nomeadamente em matéria de habitação. Por fim disse que criticava, como sempre criticou, a limitação ao endividamento às Autarquias para a construção de habitação social.

A senhora **Elisabete Ferreira** interveio para dizer que o PSD, face aos acontecimentos, decidiu apresentar uma Moção sobre esta matéria, que leu (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **António Santos** fez uma interpelação regimental para dizer que a Comissão de Segurança reuniu duas vezes durante o período em que a Sessão estava em preparação e que era norma regimental que todas as Moções fossem apresentadas até oito dias antes da realização das Sessões, para permitir que as Comissões se debruçassem sobre elas. Que já viu a Moção apresentada pelo PSD e que tinha em sua posse uma Moção alternativa que lhe foi entregue pelo PS um quarto de hora antes de começar a Sessão. Por fim disse que não entendia este tipo de comportamento e se era possível apresentar hoje Moções.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou-o de que a situação não se aplicava nesta matéria, mas sim quando é pedido, por um partido, a inclusão na Ordem do Dia de algum assunto.

O senhor **Luís Guarita** disse que o PSD solicitou uma reunião dos Representantes dos Grupos Municipais, que se realizou, e onde foi sugerida a marcação de reunião da Comissão de Segurança e de uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, que é a que está a decorrer.

A senhora **Joana Marreiros** disse que a CDU considera que o agravamento da criminalidade é consequência do agravamento da situação social. Que os depoimentos oficiais, que recolheu, relativos à criminalidade no Conselho da Amadora, comprovam que tem alastrado o



pequeno crime, nomeadamente os crimes de roubo por esticção, no interior de automóveis, na via pública e o tráfico de droga. Que esta prática de crime tem surgido cada vez com maior frequência no seio da juventude o que é uma manifestação de revolta contra a discriminação de que são objecto, contra a falta de emprego, contra a falta de expectativas de futuro. Que a situação que se vive é preocupante pelo que é necessário mais polícia nas ruas. Que na Área Metropolitana de Lisboa verifica-se mais de metade da criminalidade do País. Que o equilíbrio social da Amadora tem sofrido violentamente com a destruição progressiva do seu importante sector produtivo, como o encerramento da Sorefame. Que a consequente vaga de desemprego ocasionou lesões sociais e acentuou os desajustamentos da vida social da Amadora com nefastas consequências na vida das famílias atingidas. Que ao persistir-se na política de precariedade de emprego, de desemprego e de exclusão social a tendência será para o agravamento da segurança. Por fim disse que é necessário mudar a política de segurança e que a CDU se encontrava disponível para dar o seu contributo.

O senhor **João Serrano** realçou o amplo consenso sobre este assunto, não só quanto à situação existente, mas também às situações que ocorreram. Que nos últimos dias a Amadora tem sido alvo, nomeadamente pelos órgãos da comunicação social, de especial atenção devido à morte, no espaço de um mês, de 3 agentes da PSP. Solidarizou-se com as famílias dos agentes da PSP, bem como da instituição da PSP, pois os agentes da PSP, de uma forma muito difícil, procuram defender a segurança das populações. Que se devem afastar alguns alarmismos mas que não se pode subestimar a actual situação. A Amadora é um território difícil, com elevada densidade populacional, que deve merecer especial atenção. Que deve haver prevenção da criminalidade dando condições aos jovens desenraizados, tais como habitação condigna e igualdade no ensino e formação. Que é necessária uma especial atenção ao efectivo policial que tem como missão manter a segurança no Concelho. Que é necessário e urgente reforçar os efectivos policiais, porque se sabe que o rácio agente/número de habitantes do Concelho da Amadora está em clara desvantagem a nível Nacional. Que é





*Agência*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

urgente a construção de um novo edifício para a Divisão da Amadora que esteja circunscrita exclusivamente ao território do Concelho e aumentar e renovar os meios que estão à disposição da PSP. Por fim disse que deve haver reforço do policiamento nas Estações da Linha de Sintra e nas zonas de maior risco na Amadora.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que ouviu algumas intervenções, umas interessantes e outras que o deixam preocupado sobre o que pretendem para o Concelho da Amadora. Ao senhor **António Santos** disse que a Amadora, tendo em conta as suas características, precisa de ser considerada um Concelho de excepção, o que vem afirmando há sete anos. Que para problemas diferentes soluções diferentes e que existe uma falta de autoridade das forças policiais, pelo que se deve fazer um esforço na sua reposição. Que é necessário criar uma Divisão da PSP só para o território da Amadora e que é necessário equipá-la com os agentes necessários. É inaceitável que a Divisão da Amadora vá até ao Cacém. Que é necessário tirar os agentes das secretarias e colocá-los a fazer policiamento, bem como apostar na formação de agentes, equipá-los e dar-lhe melhores condições. É preciso que a PSP actue em operações de policiamento e sempre defendeu que o Corpo de Intervenção devia estar na Amadora em operações de patrulhamento, não em operações de intervenção. Que quando pediu as medidas de excepção para as forças policiais, pediu condições de excepção para o resto dos problemas que existem, nomeadamente para o PER. Que não se devem fazer realojamentos maciços, pelo que se tem de arranjar outras soluções como serem feitos na Área Metropolitana e não apenas em cada Município. A integração das pessoas que estão nos Bairros será muito mais fácil se cada um puder comprar a sua casa de forma mais dispersa, mas que para isso é preciso alterar os valores do PER Famílias pois ninguém consegue comprar casa no mercado aos preços da Portaria, pelo que se deve criar, na Amadora, uma excepção. Que é necessário que os Bairros de realojamento sejam equipados e que haja programas de integração. Por fim disse que é necessário ter um programa para a Cova da Moura e que a Câmara tem o projecto para a sua recuperação.



A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou de que se encontram na Mesa duas Moções, sendo uma apresentada pelo PS e a outra pelo PSD/CDS-PP. Informou ainda que à primeira foi atribuída a letra A e à segunda a letra B. De seguida disse que a Moção A iria ser apresentada pelo primeiro signatário seguindo-se a apresentação da B.

O senhor **Fernando Augusto** apresentou a Moção A, dizendo que em sede de Comissão não foi possível redigir uma Moção que tivesse o consenso de todos os partidos pelo que o Grupo Municipal do PS apresentava a sua Moção. De seguida leu a Moção (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Luís Guarita** apresentou a Moção B dizendo que o Grupo Municipal fez a leitura da situação, uma atitude séria, objectiva, e não caindo em demagogias, nem apelando a falsos moralismos, ou a situações que se desviassem do essencial, que é trazer para a Amadora uma situação de segurança, de qualidade de vida e de bem estar para os seus cidadãos. Por isso, os Grupos Municipais do PSD e CDS-PP, propõem um conjunto de medidas claras e apelavam, ao Governo e à Câmara Municipal da Amadora, para que num prazo curto e com objectivos claros, fossem tomadas as medidas que são essenciais para a promoção da segurança na Amadora. Por fim apelou a que todos os membros da Assembleia votassem a Moção e que estava disponível, durante a discussão, para os acertos necessários para que a Moção significasse uma mudança efectiva para o Concelho da Amadora.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que concorda com o senhor **João Paulo Castanheira** sobre o quadro de medidas de excepção. Que o Município da Amadora é um Município muito grande e muito pequeno. Muito grande em número de habitantes, na riqueza cultural e nos problemas, mas muito pequeno em território. Que foi dito, numa Sessão na Damaia, que a culpa é do Presidente da Câmara que, desde que veio para cá, aumentou a insegurança e a criminalidade e lembrou que a Câmara, dentro das suas competências e não como medidas de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*Agostinho*

excepção, entre outras medidas, reabilitou o parque escolar, criou salas do pré escolar, passou a dar uma refeição quente a todas as crianças, tem em execução o projecto da Escola Intercultural e das Profissões, e complementou o horário escolar e que em relação ao PER se pede que haja disponibilidade do Governo para a sua continuação e que as situações que estão fora do PER possam ser incluídas noutro programa. O que aconteceu aos dois agentes da PSP não tem nada a ver com os problemas dos Bairros, ou com as questões que se passam nos Bairros, pois é outra criminalidade e que o que aconteceu na Amadora poderia acontecer noutro lado. Que havia protocolos estabelecidos com terceiros no sentido da construção de habitações para acabar os projectos, mas não houve a possibilidade de recorrer ao crédito para cumprir o Programa PER. Que os Projectos estão feitos, alguns loteamentos estão aprovados, mas que não pode avançar, pois não sabe quem pagará. Que vai apresentar ao Governo um conjunto concreto de propostas e que, seria bom que viesse à Assembleia Municipal o estudo feito para a reconversão e reabilitação da Cova da Moura, que é um projecto que demora dez anos a ser executado. Que para além da habitação é preciso, também, haver equipamentos. Que é necessário haver um projecto específico para os jovens dos 12 aos 15 anos que abandonaram a escola, como poderem frequentar a Escola das Profissões. Que se devem tomar medidas em relação aos emigrantes dos Países do Leste para que não aconteça o mesmo que aos dos Países Africanos. Que se pudesse incluir estas medidas no Orçamento da Câmara incluía-as, mas não pode, razão de pedir medidas de excepção.

O senhor **António Santos** disse que na última Comissão de Segurança ficou com a ideia que havia consensos importantes. Que não lhe parece sério que a maioria dos membros da Assembleia fosse confrontada com Moções sobre a Segurança um quarto de hora antes da Sessão se iniciar. Que é a primeira vez que o PSD e o CDS-PP, em quatro anos, exige coisas a um Governo Central. Que a exigência do reforço urgente do contingente policial não é, de certeza, dos últimos 15 dias, isto é, a este Governo. Sobre as condições de excepção disse que está de acordo com o senhor Presidente da Câmara, pois é necessário criar condições para

*Li.*



concluir o realojamento e para fazer um novo realojamento para as áreas que não estão abrangidas. Que são necessárias condições de excepção para o PAAMA, para Associações, pois o Regulamento tem de prever apoios às Associações, como o Moinho da Juventude, fazem da Cova da Moura. Que as Moções não falam da falta de material da PSP e da segurança dos agentes da PSP. Que todo o material utilizado pelos agentes é comprado por eles e por vezes vão para uma operação de risco sem coletes, pois não têm dinheiro para os comprar. Que para haver condições de excepção tem de se começar por questões de regra e estas começam pela compreensão e pelo respeito pelos trabalhadores e agentes da PSP, pelas suas condições e pelo seu quadro jurídico laboral. Por fim disse que o PS, por ser governo na Câmara e no Governo irá ter responsabilidades acrescidas nesta matéria.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que o Moinho da Juventude neste momento, tem condições para o funcionamento de uma creche, a partir de 7 da manhã, e que os equipamentos foram pagos pela Câmara e que, na Buraca, se estão a ampliar as instalações da creche paroquial para que se possa dar uma melhor resposta. No Casal da Mira e nos Unidos de Cabo Verde também foram feitas creches, mas o espaço já é pequeno e não dá resposta às necessidades. Que ainda há muita coisa para fazer, mas só com medidas de excepção e com autorização do Governo. Que se não houvesse, na Amadora, tantos Bairros degradados a Câmara teria maior capacidade financeira para fazer investimento noutras áreas. Que não vai reivindicar mas sim apresentar propostas concretas e que vai experimentar outras soluções porque vale a pena tentar soluções diferentes para problemas diferentes. Se essas soluções resultarão, não sabe, mas a Câmara tem a obrigação de tentar e exigir ao Governo que faça o investimento. Sobre a PSP disse que a Câmara tem feito alguma coisa, tal como a permissão da utilização dos Refeitórios da Câmara. Que a questão dos coletes é uma falsa questão, pois a PSP da Amadora tinha coletes à prova de bala com o peso de 13 quilos cada. Em relação à Escola Segura disse que foi a Câmara que conseguiu disponibilizar, para a PSP, quatro viaturas e que não foram disponibilizadas mais porque a polícia não tinha agentes





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*Abadeiro*

disponíveis para fazer esse trabalho. Por fim disse que a Câmara, e ele próprio, quer que exista uma Divisão da PSP na Amadora e só para o território da Amadora.

O senhor **Tremoço de Brito** disse que ouviu com atenção as palavras do senhor Presidente da Câmara e que está de acordo, pois não se devem empolar estas situações. Que há oito anos se andava mais seguro do que agora. Que o Conselho Municipal de Segurança reconheceu que de 2003 para 2004 aumentaram os crimes. Que o PER foi discutido pela Assembleia Municipal em 1994 e nessa altura já se dizia que não havia nenhum Município que tivesse condições, nem Orçamentos, para resolver o problema dos Bairros degradados e que a CDU defendia um programa de excepção para a Amadora. Que nessa altura foi pena não haver uma unidade tão grande porque se tivesse havido hoje já se tinham ultrapassado muitos dos problemas graves que estão a ser discutidos. Que houve duas reuniões da Comissão de Segurança e que foi dito que não houve unanimidade. Não é verdade. Houve unanimidade e foi decidido, nessas duas reuniões, que desta Sessão sairia uma Comissão no sentido de estudar com profundidade o problema e apresentar propostas para a sua resolução ou, pelo menos, para a tentativa de resolução dos vários problemas do Concelho. Que deve ser aumentado o número de agentes, bem como os meios, mas que não se deve chegar ao ponto de quase haver um polícia por habitante. O que dá origem a grande parte dos problemas que se estão a viver é exclusão social, pelo que tem de ser combatida. Quanto às creches disse que as primeiras foram lançadas pela CDU quando tinha a responsabilidade do executivo da Câmara e que, nessa altura, foram acusados de estar a delapidar o dinheiro da Câmara. Por fim disse que a CDU defendia medidas de excepção, uma vez que não é a Câmara que tem poder para resolver estes problemas, mas sim o Governo.

O senhor **Luís Guarita** disse que a proposta do PSD vai ao encontro das palavras do senhor Presidente da Câmara quando afirmou que era importante apresentar, ao Governo, propostas concretas, válidas e sérias. Que, quando dizem que é importante, desde já, colocar nas

*Luís Guarita*



Grandes Opções do Plano, nomeadamente no Plano de Actividades e Orçamento de 2006, medidas concretas está a ir ao encontro das iniciativas da Câmara. Que todas as propostas que o PSD apresenta são concisas e claras e não demagógicas. Por fim disse que o PSD manifesta, perante a Assembleia, que deve haver consenso e que apoia a Câmara para que sejam tomadas medidas concretas.

O senhor **Catolino Pinto**, sobre a segurança, disse que ela implica informação. Se não houver informação não há segurança. Que em Portugal há pouca informação e que quem tem feito alguma coisa nos diversos aspectos da segurança interna já tem alguma informação, tal como a PJ, a GNR e que a nível da PSP a informação é muito reduzida. Que a PSP tem de ter agentes à civil que estejam nos locais de conflito. Que a Polícia para actuar na Cova da Moura tem de ter uma rede de informação para ali poder actuar. Que a PSP tem de ter mais efectivos e força para intervir, pois o agente não pode ir para um determinado serviço com medo de ser penalizado por algum excesso na sua actuação. Que em 1977 foi recebida, em Alfragide, uma colónia de Timorenses que estavam alojados no Vale do Jamor. Que esse grupo, com o passar do tempo, transformou-se num grupo perigoso onde abundava a prostituição, a droga e o roubo, mas que hoje esse grupo está praticamente inserido na população de Alfragide porque as Associações, apoiadas pelo PAAM, fizeram acções altamente louváveis, tais como creche, ATL e infantários para a reintegração daquelas pessoas. Por fim reiterou que a grande falha da segurança é a falta de informação e a intervenção rápida das forças de segurança.

O senhor **Manuel Vieira**, sobre a Moção do PS, disse que a CDU está de acordo em quase todos os pontos, mas que há um de que discordam, que é o que tem a ver com as medidas de excepção de segurança, nomeadamente o policiamento das Estações e dos Bairros degradados. Que a redacção proposta é prejudicial para o Concelho da Amadora, na medida em que quase fica a ideia do recolher obrigatório, pelo que iria tentar, com o PS, encontrar





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*Abodrigues*

uma reformulação para que a CDU votasse favoravelmente a Moção. Que no Concelho da Amadora, e em toda a Área Metropolitana de Lisboa, se vivem situações sociais muito graves, que não têm a ver com a Câmara, mas sim com as políticas que são feitas e que deviam ser alteradas. Que o Concelho da Amadora é o Concelho com maior desemprego na Área Metropolitana de Lisboa e que facilmente pode ser aliciado para a marginalidade. O que resolverá a situação serão as políticas de emprego e de desenvolvimento. Que, de acordo com as informações dadas pelo senhor Comandante da PSP, a Amadora tem 500 efectivos, o que significa um rácio de 1/400 enquanto o Concelho de Sintra tem 1/100 habitantes. Por fim disse que a CDU está de acordo com a proposta apresentada pelo PS, excepto naquele ponto, e que gostaria, se o PS estivesse interessado, de incluir um ponto sobre os aspectos da valorização social.

O senhor **Jorge Nunes** disse que a segurança tem de ser situada a dois níveis, a grande e a pequena criminalidade. Que tem de se ver os meios que são dados aos agentes e a forma como são enquadrados, do ponto de vista jurídico. Que deve haver um reforço de agentes em quantidade e em qualidade, nomeadamente agentes à civil. Que não se revê na Moção do PSD porque nem uma palavra há sobre a pequena criminalidade e, também, porque refere o Governo em apenas dois pontos sendo os restantes dirigidos à Câmara. As taxas de insucesso escolar, na Amadora, estão acima da média Nacional. Abandonam o sistema de ensino cerca de 200 jovens por ano pelo que devem ser apresentadas propostas no sentido de resolver o problema. Que foi apresentado um projecto com um conjunto de medidas de discriminação positiva, nomeadamente a redução de alunos por turma, a fixação do corpo docente, a contratação de monitores animadores, um aumento do crédito de horas para a actividades de enriquecimento curricular e que com estas actividades foram melhoradas as condições de segurança dentro e fora das Escolas. Por fim disse que a Escola se deve abrir à comunidade para que deixe de haver, ou seja atenuada, a criminalidade. Por fim disse que é fundamental que a segurança seja desenvolvida através do projecto escolar.



O senhor **Carlos Reis** disse que se a Moção do PSD está escrita de uma forma complicada e que o PSD, naturalmente, pode modificar os pontos que entenderem, para que a Moção possa vir a ser aprovada. Que houve promessas, do senhor Presidente da Câmara, que não foram concretizadas, nomeadamente o fórum público sobre a segurança, a criação de Comissões de prevenção de criminalidade nas Freguesias e o Corpo de Guardas Nocturno. Que o problema da segurança não é um problema da Câmara Municipal. Saudou a vontade do senhor Presidente da Câmara de trazer à Assembleia o projecto de reconversão da Cova da Moura para ser votado, estando o PSD disposto e enfrentar todas as consequências sociais que daí advenham, pois não se importa de perder votos localizados para defender o PAAMA. Por fim disse que a Cova da Moura, como está, é um cancro para a Amadora, pelo que deve ser reconvertida.

O senhor **João Paulo Castanheira** disse que concordava com o que tinha sido afirmado pelo senhor Presidente da Câmara. Que existe largo consenso de que é necessário um conjunto de medidas de excepção em áreas como a habitação e a social. Que devem aparecer projectos sociais, tal como os da Cova da Moura e de Santa Filomena, que venham à Assembleia Municipal e que o DCS-PP os votará favoravelmente, porque concorda que deve passar do discurso à acção. Que nem tudo se resolve com medidas sociais e com habitação, pelo que é necessário mais polícia no Concelho. Que a Esquadra da Mina tem um rácio de 1/800 habitantes, o que evidencia a falta de Polícias, estando uma grande parte deles adstritos a trabalho administrativo. Que os crimes que se cometem na Amadora não tem nada a ver com a falta de emprego, pois os marginais que cometem os crimes não querem emprego, razão de ser preciso Polícia. Que é necessário repensar a distribuição de Esquadras na Cidade, bem como a Divisão da Amadora só para o Município.

O senhor **Presidente da Câmara**, ao senhor **Tremoço de Brito**, disse que existiu um gabinete na Cova da Moura para combater o insucesso, apoiar as famílias e fiscalizar a não





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*Agostinho*

construção de clandestinos na Cova da Moura e a única coisa que fez foi fechar os olhos e não actuar. Sobre o arranjo da Esquadra de Alfragide pela Junta de Freguesia de Alfragide disse que é dinheiro desperdiçado, pois a Esquadra de Alfragide tem o projecto pronto para se iniciar o concurso para a construção de uma nova Esquadra. São 36 agentes e alguns estão a executar tarefas administrativas. Há necessidade de reforço de agentes na Amadora, porque a área da Mina, à noite, é fiscalizada apenas por dois. É necessário haver mais Polícias a patrulhar a linha de Sintra. Que são necessários meios políticos para resolver o problema dos jovens.

Ao senhor **Carlos Reis** disse que existem propostas e projectos que foram apresentados, mas que infelizmente não tiveram andamento. Que a Câmara sabe o que quer, pois foram apresentadas propostas que foram recusadas. Que a Moção do PSD dá ideia de que a Câmara ao longo destes anos nada fez, não apresentou qualquer projecto nem soluções, o que não é verdade.

Ao senhor **João Paulo Castanheira** reconheceu que houve muitas coisas que não foram feitas mas existe já uma mudança pois, antes, os marginais eram referenciados pela comunicação social como heróis e serviam de exemplo para os mais jovens e hoje já se analisa o problema de uma forma diferente. Que, mal dos habitantes da Amadora, se todas as pessoas que vivem nos Bairros fossem marginais, pois já tinham arrasado tudo, e que a maior parte das pessoas que vivem nos Bairros são pessoas trabalhadoras e sérias. Por fim disse que não quer polícia dentro dos Bairros mas sim fora dos Bairros para poder controlar quem lá entra, normalmente, às 2 e 3 horas da manhã.

O senhor **Jaime Garcia** disse que concluía, por algumas intervenções feitas, que nada percebem de segurança e que alguns dos que intervieram precisavam de morar na Buraca. Que é fácil dizer-se que não se quer mais polícia porque pode diminuir a privacidade ao cidadão. Que por vezes os Polícias prendem e os Tribunais soltam. Que se tem dito publicamente, por muitas vezes, que quando alguns políticos falam, ou tomam decisões não

*Agostinho*



conhecem, minimamente, a Cova da Moura. Que alguns jornalistas, quando tecem notícias depreciativas, não conhecem a Cova da Moura. Que confrangedor é que haja, na da Assembleia, pessoas que foram eleitas neste Concelho, que também falam sobre a Cova da Moura, e que, se calhar, nunca lá puseram os pés, nunca a visitaram e não conhecem a verdadeiramente. Que se falou no Moinho da Juventude que organizou, em determinada altura, uma manifestação por causa de certa e determinada situação, mas que existem outras Associações dentro da Cova da Moura que têm, se calhar, muito mais importância e fazem muito melhor trabalho, não tirando o mérito ao Moinho da Juventude, só que não têm tanta publicidade e que até as próprias Amas apoiam muito mais crianças da Cova da Moura do que o Moinho da Juventude. Que ninguém fala da intervenção da Câmara da Amadora e da Junta de Freguesia no Bairro da Cova da Moura, nomeadamente o projecto, tudo o que é investido, todos os apoios que são dados, mas sim no Moinho da Juventude devido aos média, mas há as que trabalham nos bastidores que fazem trabalho, tiram crianças da rua e fazem coisas muito boas naquele Bairro. Que cerca de 98 ou 99% da população do Bairro é população de bem, ordeira, trabalhadora que nem sequer quer confusão. Que, dadas as características, o Bairro acoita, e é fácil acoitar, os que têm intuítos maléficos e que os miúdos quando actuam o fazem por indicação do seu líder. Solicitou que, quando se falasse da Cova da Moura, se dirigissem à Junta de Freguesia para saber os dados existentes. Que o índice de criminalidade é baixo porque é analisado em função das queixas existentes, mas que a maioria, por medo, não faz queixa. Por fim disse que a Amadora, infelizmente pela negativa, está a ser conhecida devido à grande criminalidade que surgiu e que ainda bem que os jornalistas começaram a falar nesta situação com seriedade. Por fim disse que é interesse da Freguesia, que conhece a verdadeira realidade, que o policiamento seja feito de forma a haver menos criminalidade.

O senhor **Fernando Augusto** disse que, tal como o provérbio chinês diz, se vires um homem com fome ensina-o a pescar e não lhe dês comer, tem de se prevenir e de ensinar as pessoas a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

*Agostinho Taveira*

ter as coisas e não deixá-las fazerem o que querem. Que é evidente que se as pessoas viverem com más condições habitacionais há tendência para se sentirem desenquadradas da realidade social. Por outro lado é necessário ter-se em conta a formação profissional e que este tema está abordada na Moção do PS. Que se não se lutar pela integração das pessoas, mais tarde ou mais cedo sentir-se-ão excluídas. Por fim disse que a Moção do PS defende um conjunto de medidas que fazem face aos problemas e não os deixa alastrar mais.

O senhor **José Leal** disse que já está ligado, há mais de 25 anos, a um programa de desvios de comportamentos. Que se está a falar de um tipo de segurança que é a de desvios comportamentais. Que deve haver polícias de proximidade, e não super esquadras, para poderem zelar pela segurança das comunidades. Que não se devem aglutinar os agentes numa esquadra, mas sim dividi-los, integrá-los na comunidade onde têm de trabalhar. Que deve haver mais polícias, mas para patrulhar a rua. Que só quando a comunidade reconhecer o mérito da sua actuação é que a comunidade os vai defender. Que deve haver uma actuação pedagógica da polícia e não uma actuação repressiva. Que se deve apostar em medidas de intervenção social e que o PER só é PER se tiver condições de actuação social justas. Não basta construir as casas. Tem de haver intervenção social, apostar nas crianças e ajudá-las. Por fim disse que o que se deve fazer é garantir o futuro com aposta nas políticas sociais e não num Estado repressivo.

O senhor **Talento Marques** disse que quando entrou na Assembleia pensou que se iria discutir um problema que é comum a todos e onde a unanimidade de acção seria facilmente obtida, mas afinal não foi isso que viu, mas sim discussões sobre criação de grupos de trabalho. Que a segurança é uma questão nacional, e não só da Amadora, e que existe insegurança em todo o País. Que se não houver uma política nacional pouco se pode fazer. Que deve ser prevenido o amanhã, mas se não for resolvido o presente também não se pode resolver o futuro.



O senhor **Agostinho Marques** disse que hoje se fala muito na Cova da Moura e menos na Azinhaga dos Besouros. Que não se fala porque a política da Câmara, em termos de realojamento, tem sido o caminho certo para aumentar os níveis de segurança. Que havia problemas gravíssimos em Alfovelos que hoje já não existem.

O senhor **Luís Guarita** disse que o PSD apresentou, de modo sério, argumentos, princípios, valores, medidas e ideias sobre a segurança, razão da apresentação de uma Moção. Por fim disse que o que está na Moção do PSD é a defesa de medidas concretas para a Amadora.

O senhor **João Serrano** interveio para dizer que sobre a Moção do PSD o Grupo Municipal do PS não a vai aprovar. Quanto às propostas apresentadas pelo BE e pela CDU disse que foram recebidas com toda a atenção e por isso propôs a alteração de um ponto da Moção e a introdução de novo ponto. A alteração tem a ver com o ponto 10 que passaria a ter a seguinte redacção: "Reforçar a necessidade de se preverem acções que assegurem o policiamento das estações da linha de Sintra e nas próprias carruagens e de patrulhamento nas áreas mais sensíveis". O novo ponto seria: "Solicitar a melhoria das condições de vida, através de uma política de valorização do trabalho, como factor de desenvolvimento económico". De seguida entregou à Mesa estas alterações.

Não havendo mais intervenções, a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à votação o projecto A, Moção do PS, com as alterações, sendo aprovada por maioria com 30 votos a favor, 5 contra e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta). De seguida colocou o projecto B, Moção do PSD e CDS-PP, à votação, sendo rejeitado por maioria com 6 votos a favor, 29 contra e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Ag

Finda a discussão da Ordem do Dia, a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu por encerrada a Sessão às 01.25 horas.

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Maria Arlete Rocha Rodrigues, 1º Secretário, que a redigiu.

*Arlete Rocha Rodrigues*  
*Maria Arlete Rocha Rodrigues*